

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 30 No. 2 2017

ESPECIAL: CRÍTICA FEMINISTA E ARQUEOLOGIA

ARTIGO

POR UMA ARQUEOLOGIA FEMINISTA DA DITADURA NO BRASIL [1964-1985]

Jocyane Ricelly Baretta*

RESUMO

O presente texto é um exercício interpretativo entre as relações de gênero e o mundo material da repressão em Centros de Detenção e Tortura no Brasil. Tomo como base a Arquitetura do DOPS/RS, além dos materiais e outros elementos não humanos utilizados para tortura de pessoas dentro desses espaços. Para tanto, me proponho a examinar esse meio material, através de seu entrecruzamento com os relatos de ex-presas(os) políticas, vistos sob a ótica do feminismo descolonial, com intuito de trazer à luz novos elementos da dinâmica repressiva brasileira, bem como, trabalhar a perspectiva de gênero como forma de valorizar os relatos de mulheres e de possibilitar a sua visibilidade nesse processo.

Palavras-chave: Arqueologia; Feminismo; Ditadura.

ABSTRACT

This text is an interpretative exercise on gender relations and the material world of repression in Detention and Torture Centers in Brazil. Based on the Architecture of the DOPS / RS, in addition to the materials and other non-human elements used to torture people within these spaces. Therefore, I propose to examine this material medium through the interconnections with reports of ex-political prisoners, seen from the perspective of decolonial feminism in order to bring to light new elements of the Brazilian repressive dynamics, as well as to employ the perspective of gender as a way of valuing the reports of women and to enabling their visibility in this process.

Keywords: Archaeology; Feminism; Dictatorship.

* Doutoranda no PPG Antropologia UFPEL – Universidade Federal de Pelotas -, Pelotas/RS, Bolsista Capes.
Contato: jocyanebaretta@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente texto é um exercício interpretativo das relações de gênero e do mundo material da repressão em Centros de Detenção e Tortura no Brasil. Neste caso, será tomado como ponto de partida os relatos e a Arquitetura enquanto meio material do Departamento de Ordem Político e Social - DOPS/RS; seguido pela análise das narrativas de mulheres e homens em outros CDT's (DOPS/SP e o DOI-CODI/RJ)¹, com objetivo de compreender as relações de gênero dentro de espaços de tortura a partir do uso de outros aparatos e elementos não humanos. Para tanto, me proponho a examinar este meio material, através do seu entrecruzamento com os relatos² de ex-presas (os) políticas(os), vistos sob a ótica do feminismo descolonial, com o intuito de trazer à luz novos elementos da dinâmica repressiva brasileira, bem como, trabalhar a perspectiva de gênero como forma de valorizar os relatos de mulheres e de possibilitar a sua visibilidade nesse processo.

Este exercício interpretativo pretende discutir os efeitos da colonialidade de gênero (LUGONES, 2014), a partir do mundo material da repressão utilizado enquanto dispositivos de violência dentro de CDT's contra os inimigos internos, os subversivos. Partindo da premissa de que o “processo de colonização inventou os/as colonizados/as e investiu em sua plena redução a seres primitivos, menos que humanos, (...) e que precisavam ser transformados” (LUGONES, 2014:941), o estado autoritário também articulou as suas formas para garantir a nova ordem imposta. Assim, o feminismo descolonial será utilizado como uma ferramenta para interpretar realidades, conforme propôs Lorena Cabnal (2010), de modo a contribuir na luta pela “(re) criação de pensamento político- ideológico feminista e cosmogônico, com o objetivo de ser parte de um *continuum* de resistência, transgressão e epistemologia” (CABNAL, 2010:12) contra as imposições da modernidade colonial.

Cabe reconhecer os atravessamentos presentes nos relatos aqui estudados, perpassando pelas questões de gênero, de raça e de classe (GONZÁLES, 1984; ALMEIDA & PEREIRA, 2015). A crítica feminista aponta para a necessidade da tomada de consciência sobre a situacionalidade (HARAWAY, 1995) acerca desses atravessamentos e assimetrias presentes nas relações estabelecidas. Assim, os deslocamentos desse estudo têm como ponto de partida os relatos de pessoas brancas que, possivelmente, tiveram acesso à universidade e que optaram pela luta contra a Ditadura, expressando o protagonismo de sua luta e o reconhecimento de que suas memórias fazem parte da história recente do nosso país. Entretanto é necessário apontar o que escrevia Lélia Gonzáles (1984), desde os anos 1970, sobre a luta de mulheres negras combatendo os esquadrões da morte, enquanto braços armados da Ditadura atuavam nos espaços periféricos matando pessoas negras. A mobilização dessas mulheres, no combate contra o regime militar se dava, em parte, na luta pela vida de seus parentes, que, por vezes, simplesmente desapareciam. No entanto, isso não produziu ecos, porque se tratavam de mulheres simples, anônimas e sem *status* político ou econômico (SILVA, 2014). A ação dessas mulheres negras periféricas acontecia no mais absoluto silêncio, marcado pela opressão de raça, de sexo/gênero e de classe social. A intersecção (BRAH, 2016) entre esses três elementos são apontados pela crítica

¹ O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi criado ainda no Estado Novo, na década de 1920, e tinha a função de controle social para assegurar e disciplinar a ordem militar no país. Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foi um órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante a Ditadura, o qual tinha sua filosofia de atuação pautada na Doutrina de Segurança Nacional.

² Os relatos foram consultados em livros memorialísticos, no acervo de Processos de Indenização Política do APERS, bem como em vídeo depoimentos no site www.youtube.com.

feminista como imprescindíveis para se compreender o pensamento colonial moderno (LUGONES, 2014) presente nas sociedades ocidentais contemporâneas, e o Brasil do período ditatorial não fugiu à regra. Então, minha proposta é entender o período ditatorial brasileiro pela ótica de um feminismo descolonial, o que possibilita identificar os elementos desse pensamento atuante sob a lógica da continuidade das relações coloniais de poder (COSTA, 2014; RIBEIRO, 2017) que foram utilizados pelo aparato repressivo como dispositivo de violência.

Assim sendo, o texto está estruturado da seguinte forma: inicialmente trago um apanhado das discussões sobre feminismos, Ditadura e a questão de gênero nesse processo. Em seguida, apresento um panorama sobre Arqueologia da Repressão e da Resistência no Brasil, enquanto temática de onde parte este estudo, seguindo rumo à proposta de uma arqueologia feminista descolonial sobre a Ditadura. O aparato empírico consiste em articular os dados arqueológicos (meio material da repressão) com os relatos de quem sentiu na pele os efeitos de se opor ao Estado autoritário, vistos pelas lentes de um feminismo descolonial.

FEMINISMOS E DITADURA

A produção bibliográfica relacionada ao estudo de memórias traumáticas ligadas à repressão das Ditaduras na América Latina e no Brasil é notável, em especial a partir de análises em perspectiva de gênero³. Os estudos de gênero ligados às ditaduras, segundo Ana Maria Colling (2004), faz parte de uma produção considerada recente, pois teve como fator responsável a mudança de perspectiva historiográfica que, no decorrer do século XX, voltou o seu olhar para sujeitos que “estavam subestimados ou colocados numa arena de menor importância” como uma “tentativa de corrigir a história” (COLLING, 2004:02). Nesse sentido, surgiram estudos de gênero usados para teorizar a questão das diferenças sexuais entre mulheres e homens e, ainda, as relações de poder entre ambos. Quanto aos estudos sobre a história das mulheres atuantes na oposição às ditaduras, de acordo com a autora, a importância dos estudos de gênero cresce exponencialmente.

Cynthia Sarti (1998) escreve que, embora uma série de fatores tenha contribuído para o avanço do feminismo no Brasil dos anos 1970, o seu crescimento se deu a partir da resistência das mulheres na luta contra a Ditadura, em especial, sobre sua participação na luta armada. Esse feminismo estava diretamente atrelado aos grupos de esquerda, em que a maioria das mulheres que se identificava com a luta feminista⁴, atuava na resistência, simpatizava ou tinha familiares envolvidos nesse embate (CARNEIRO, 2003; PEDRO, 2010).

Graciela Sapriza (2010) escreve que, no Uruguai, os primeiros relatos denunciando violações de direitos humanos, pós-ditadura, se constituem, majoritariamente, por vozes públicas de militantes políticos e revolucionários, homens. Já as mulheres ficaram invisibilizadas nesse decurso. Essa afirmação de que a produção memorialística sobre o passado ditatorial tem como característica o monopólio masculino, é percebida em Porto Alegre/RS, uma vez que os livros de memórias sobre o

³ Arfuch (2013) em “*Memoria y autobiografía*”; Calveiro (2013) em “Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina”; Jelin (2002a) em “*Los trabajos de la memoria*”; Rosa (2009) em “Flávia Schilling e a escrita de si como dispositivo de resistência”; Sapriza (2009) em “*Cuerpos bajo sospecha: un relato de la ditadura en Uruguay desde la memoria de las mujeres*”; os textos de Rago (2010), Sapriza (2010), Oberti (2010), Wolff (2010) e Paz (2010) no livro “Gênero Feminismos e ditaduras no cone sul”; Jelin e Kaufman (2006) em “*Subjetividad y figuras de la memoria*”; Jelin e Catela (2002) em “*Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*”; Teles (2012) em “Os trabalhos da memória: os testemunhos dos familiares de mortos e desaparecidos no Brasil”.

⁴ Uma especificidade do feminismo brasileiro, segundo a historiadora Joana Pedro (2010) é a formação de grupos de mulheres brasileiras feministas no exterior durante o exílio político. Ver mais em Rachel Shoiet (2010).

período, encontrados no mercado editorial são, em sua maioria, escritos por homens. No entanto, livros memorialísticos de mulheres são exíguos (BARETTA, 2015), digo isso porque, se existe, não estão divulgados e acessíveis⁵.

Autores como Elizabeth Jelin (2002), Alfredo Paz (2010) e Gabriela Sapriza (2010) escrevem sobre a existência de diferenças entre a produção dos relatos de mulheres e homens. Alfredo Paz (2010), ao analisar os depoimentos de pessoas presas no Paraguai, afirma que homens e mulheres desenvolvem habilidades diferentes com relação à memória. Nesse trabalho, o autor escreve que as mulheres tendem a recordar eventos com mais detalhes, expressam seus sentimentos e recorrem a experiências íntimas e às relações pessoais, sejam com relação à família ou ao ativismo político. Por outro lado, conforme Gabriela Sapriza (2010), no discurso de homens aparecem com mais frequência elementos com ações heroicas, arriscadas ou políticas. Isso se deve, no meu entendimento, às permanências sociais patriarcais que acabam, de alguma maneira, entrando na lógica dicotômica de papéis de gênero entre espaços públicos e privados.

Desse modo, a violência de gênero dentro dos CDT's tinha ligação direta com a violência sexual e, de acordo com Paz (2010), a violência Estatal dos regimes autoritários reforçava o ideário patriarcal e a moral cristã, em especial nos momentos de tortura. Nesses contextos, a violência sexual é entendida como qualquer conduta que tenha uma conotação sexual e que seja exercida sobre uma pessoa, devido a sua condição de gênero, mediante ações como ameaças, intimidação, uso da força com a intenção de destruir, violentar e humilhar a vítima. Essa era uma característica crucial da repressão latino-americana (MERLINO, 2010; SANSAVIERO, 2012), aplicada de maneira contínua, sistemática e generalizada (PECORARO, 2011), adotada como política de Terrorismo de Estado (TDE).

Esse levantamento está em fase inicial e, até o momento, a bibliografia encontrada, especialmente ligada à produção historiográfica feminista sobre o tema (BAICA & FERNÁNDEZ, 2012; COLLING, 2004; SAPRIZA, 2009; PECORARO, 2011; PEDRO & WOLF, 2010) entende que a violência repressiva é atravessada por sexo-gênero e possui especificidades. Estes autores compreendem sexo-gênero sob uma perspectiva que procura romper com oposições binárias, categorias absolutas de matriz homogeneizante, buscando mostrar sua historicidade (COLLING, 2004).

Nesse sentido, a importância dos estudos de gênero, feminismos e Ditadura impulsionam a pensar a questão da Arqueologia da Repressão e da Resistência a partir de uma perspectiva feminista, uma vez que a própria história do feminismo do Brasil está imbricada com o protagonismo de mulheres na luta contra a Ditadura. Não vejo outra maneira, que não pelas lentes do feminismo, para realizar estudos sobre o meio material dos CDT's - Centros de Detenção e Tortura - e a relação de mulheres, enquanto presas políticas dentro desses espaços.

⁵ Os livros memorialísticos do período ditatorial que contenham alguma relação com Porto Alegre são: Índio Vargas (1981; 2005) que escreveu dois livros sendo, o primeiro, "Guerra é guerra: dizia o torturador" e, o segundo, "A Guerrilheira". Há uma terceira obra que não considere como memorialística porque o autor a considera de ficção "Momentos perfeitos no tempo da Ditadura", publicado em 1987. Bona Garcia (GARCIA & POSENATO, 1989) "Verás que um filho teu não foge à luta". Maídes Alves de Mello (2008) "O jantar dos inocentes: a saga dos expurgados gaúchos". Frei Betto (1982) "Batismo de Sangue". Flávio Tavares (2012) "Memórias do Esquecimento". O único livro memorialístico de mulher a que tive acesso é o da uruguaia Lilíán Celiberti (CELIBERTI & GARRIDO, 1989) "Meu quarto, minha cela", ainda que este último tenha sido escrito em conjunto com uma jornalista.

ARQUEOLOGIA DA REPRESSÃO E DA RESISTÊNCIA

O termo Arqueologia da Repressão e da Resistência consolidou-se no Brasil com a publicação de Pedro Paulo Funari, Andrés Zarankin e José Alberione dos Reis (2008) “Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das Ditaduras (décadas de 1960-1980)”. A partir da década de 2010, houve um crescimento de estudos arqueológicos sobre contextos de violência que se concentraram no período da Ditadura⁶. Essas publicações sobre o Brasil contemplam, em sua maioria, reflexões sobre o potencial da Arqueologia para produção de conhecimento, à exceção de Baretta (2015), que traz dados empíricos por meio de análises, com base na Arqueologia da Arquitetura no sítio arqueológico da ilha do presídio RS.JA-84 – Ilha das Pedras Brancas, em Porto Alegre/RS. No entanto, chama a atenção o fato de, até o momento, no Brasil, não haver estudos de gênero em pesquisas arqueológicas sobre a Ditadura, o que é válido também para outras áreas de especialização da arqueologia brasileira.

Os estudos sobre Ditadura no Brasil beberam das reflexões da Arqueologia do Passado Contemporâneo nas pesquisas em contextos de violência e foram realizados tanto na Europa, como de Gabriel Moshenska (2008, 2009, 2010), González-Ruibal (2008, 2012), Buchli & Lucas (2001), Harrisson & Schofield (2009) quanto na América Latina, com os trabalhos de Zarankin & Niro (2008); Salerno (2009); López Mázz (2012); Zarankin, Salerno & Perosino (2012); Bianchini (2015); Suárez (2014, 2016). Pesquisas desta natureza, em especial, na América Latina, assumiram um caráter singular, tanto no sentido da produção de conhecimento sobre a Ditadura quanto no que diz respeito à produção de provas judiciais e de relacionamento com áreas forenses (SALERNO, 2009). Entretanto, o desenvolvimento deste tipo de investigação possibilita a ampliação de horizontes, onde é possível dar a conhecer sobre a dinâmica repressiva, bem como a atuação da resistência, uma vez que a Arqueologia é capaz de trazer à luz elementos até então desconhecidos. Além disso, é possível e necessário elaborar reflexões sobre a nossa produção intelectual contribuindo para a descolonialidade da disciplina (RIBEIRO, 2017) e, ainda, como escreveu Rafael de Abreu e Souza (2014), viabilizando “uma “autoarqueologia” como forma de realizar uma imersão na genealogia material da nossa própria identidade, isto é, repensar nosso papel social enquanto filhos (políticos e, por vezes, biológicos) das lutas pela democracia e das resistências à Ditadura” (ABREU e SOUZA, 2014:06). Deste modo, sigo o caminho apontado por Loredana Ribeiro (2017) argumentando que a articulação entre comprometimento político, práticas sociais e nossas escolhas teórico metodológicas dizem respeito aos nossos compromissos e reivindicações, que podem ser declarados ou não.

UMA ARQUEOLOGIA FEMINISTA DA DITADURA - ALGUMAS REFLEXÕES

Trabalhar contra a invisibilidade das mulheres no período ditatorial através do meio material⁷ da Ditadura brasileira significa, necessariamente, abordar sexo-gênero. Para tanto, recorro ao aporte da crítica feminista descolonial (LUGONES, 2014;

⁶ Até o momento foram publicados, no Brasil, artigos em dois Dossiês temáticos, o da Revista de Arqueologia Pública (2014) com textos escritos por Rafael de Abreu e Souza (2014), Priscila Sousa (2014), Beatriz Thiesen *et al.* (2014), Baretta (2014); o Dossiê sobre Arqueologia da Repressão e da Violência na América Latina da Revista de Arqueologia com texto de Carolina Lemos (2016); além de uma dissertação (BARETTA, 2015); um trabalho de conclusão de curso - TCC (BELLÉ, 2013); e outro artigo (ANJOS, 2012). Cabe lembrar que durante o evento da regional sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SABSUL) em 2016, Beatriz Thiessen organizou uma exposição sobre o tema.

⁷ O meio material da Ditadura é entendido aqui como os lugares utilizados pelo aparato repressivo – estruturas arquitetônicas –, neste caso o DOPS/RS, bem como qualquer material ou elemento não-humano utilizado nesse contexto.

SEGATO, 2012; COSTA, 2014, 2015; MAYORGA et al., 2013; CABRERA & MONROY, 2014, entre outras), enquanto “opção descolonial”, de modo que o feminismo descolonial possa ser utilizado enquanto ferramenta epistêmica, teórica e política para compreender a historicidade das relações no passado ditatorial, possibilitando a compreensão de nossa atuação no mundo contemporâneo e, identificando as marcas e efeitos da colonialidade⁸ global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva (BALLESTRIN, 2013). Paralelamente, questionar e desaprender os pressupostos teóricos ideológicos que são altamente difundidos nos meios acadêmicos enquanto produção moderna/colonial que determina os sujeitos detentores do conhecimento, que é apontado pela crítica feminista da ciência (RIBEIRO, 2017, HARAWAY, 1995) como neutro, masculino e soberano. Ademais, cabe deixar claro que entendo o regime ditatorial brasileiro como parte de uma estrutura político-ideológica, que teve seus desdobramentos a partir de elementos estruturais produzidos pela modernidade colonial.

O feminismo descolonial tem suas raízes no pensamento pós-colonial, mas cabe diferenciar os estudos pós-coloniais daquilo que trato aqui como “opção descolonial” (BALLESTRIN, 2013; COSTA, 2014). Seguindo as definições de Claudia Costa (2014), o pós-colonial teve seu início marcado pelos estudos sobre a colonização da Ásia e África pelos países do Norte Europeu e da colonização portuguesa e espanhola sobre América Latina e Caribe, reconhecendo seus efeitos entre os séculos XVI e XIX. A “opção descolonial” parte do entendimento de que os efeitos dessa colonização perpassaram liames de tempo (trabalhadas pelos estudos pós-coloniais), produzindo seus efeitos nas regiões colonizadas até o presente. Outra característica é o entendimento de que a continuidade das relações coloniais de poder se dá por meio das conexões de gênero, de raça e de classe (COSTA, 2014), além de conceber o rompimento teórico epistemológico eurocentrado, enfatizando os diferentes saberes em diferentes contextos geopolíticos (COSTA, 2014), e possibilitando questionamentos aos cânones e métodos do pensamento hegemônico estabelecido, descolonizando-o. Esta é uma proposta que se define como um pensamento crítico acerca das “condições de reprodução do eurocentrismo e da colonialidade do sistema mundo” (RESTREPO & ROJAS, 2010 apud COSTA, 2014:930) e seus efeitos por meio da colonialidade do poder, tais como a inferiorização de pessoas, o domínio sobre recursos naturais, a hierarquização de gênero, domínio de seres e lugares, controle da subjetividade e do conhecimento com o objetivo da exploração para acúmulo de capital (BALLESTRIN, 2013).

Seguindo esta lógica, entender a Ditadura brasileira a partir da perspectiva feminista descolonial significa trazer à baila a questão de gênero. No entanto, não se trata apenas da inserção de gênero como mais um tema dentro da crítica descolonial ou apenas como um aspecto da dominação da colonialidade. Nesse contexto, gênero é entendido como categoria central de análise, na qual assume um “estatuto teórico e epistêmico que possibilite lançar luz aos aspectos da transformação imposta às vidas que foram capturadas pela nova ordem colonial/moderna” (SEGATO, 2012:116). O posicionamento de Rita Segato (2012) dialoga com o entendimento que Loredana Ribeiro (2017) tem de *gênero* não como substantivo, mas como verbo e processo, enquanto “efeito de práticas relacionais (portanto sociais), histórica e semioticamente

⁸ É importante destacar que a colonialidade reproduz seus efeitos em três dimensões: do poder (QUIJANO, 2005), do saber (MIGNOLO, 2003) e do ser (MALDONADO TORRES, 2008). Segundo Maldonado Torres (2008) a colonialidade do poder se refere à interrelação entre formas modernas de exploração e dominação; a colonialidade do saber tem a ver com o rol de epistemologias da produção de conhecimento e da reprodução de regimes de pensamento coloniais; a colonialidade do ser se refere à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem.

localizadas” (RIBEIRO, 2017:213). Isso possibilita o deslocamento de gênero para o seu reposicionamento enquanto elemento chave de análise. A autora alerta para que não haja confusão entre teoria do gênero, ideologia de gênero e sistema moderno de gênero, pois se trata de coisas distintas, uma vez que esta “confusão limita o potencial transformador da crítica” (Idem) legitimando sistemas e formas de opressão.

Nesse sentido, reitero a importância de gênero enquanto elemento chave para olhar o passado ditatorial, porque significa historicizar o patriarcado, perceber as relações imbricadas entre heteronormatividade, capitalismo e a classificação racial, ou seja, é possível traçar uma genealogia (formação e uso) enquanto ferramenta ideológica do capitalismo colonial responsável pela base fundante das assimetrias de poder no mundo contemporâneo (COSTA, 2015).

Seguindo María Lugones (2014), pretendo olhar para a Ditadura brasileira a partir do

Sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual [intento] aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. Isso me permite buscar organizações sociais nas quais pessoas têm resistido à modernidade capitalista e estão em tensão com esta lógica. (LUGONES, 2014:935).

Isso possibilita o entendimento da sua inserção no contexto da modernidade/colonial, a qual produz seus efeitos e atualiza as relações de opressão. De modo que se intensifica ao tratar de um regime de Exceção, de um Estado autoritário que sabe quem são as pessoas subversivas que quer combater – os chamados inimigos internos (PADRÓS, 2010). A identificação dessas mulheres e homens se dá sob a lógica dicotômica, uma vez que a violência repressiva aponta para especificidades de gênero.

É justamente nessa lógica categorial dicotômica moderna/colonial que separa o humano do não -humano (LUGONES, 2014), ou seja, produz não- humanos passíveis de classificação. É essa mesma modernidade que torna colonizadas(os) não-humanos em homens e mulheres, definindo papéis de gênero e legitimando a exploração desses corpos. Portanto, quando Lugones (2014) entende gênero enquanto uma produção moderna/colonial, dá a conhecer sobre a colonialidade de gênero e que a resistência a ela é historicamente complexa.

Não é a proposta dessa pesquisa, compreender as diferenças sexuais seguidas pela construção da distinção de gênero⁹ dentro da dinâmica repressiva da ditadura. Trata-se da compreensão da colonialidade de gênero enquanto caminho à sua superação, ou seja, entendendo que gênero é um produto da modernidade/colonial que possibilita reconhecer a “opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados” (LUGONES, 2014:941) e que fora utilizado pela engenharia repressiva ditatorial enquanto elemento passível da ação punitiva, atualizando, justificando e legitimando a violência nos corpos de mulheres e homens considerados subversivos. A colonialidade de gênero envolve dimensões relacionadas à colonialidade do poder, do saber e do ser e, procura mostrar como gênero juntamente com a ideia de raça foram ao mesmo tempo constructos coloniais utilizados para

⁹ Lugones (2014) faz uma crítica aos estudos que buscam pela distinção sexual seguida da construção da distinção de gênero em sociedades colonizadas. Compreende que o juízo construído desde o século XVII na sociedade ocidental moderna, é onde predomina a percepção da existência de dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos que baseiam os papéis de gênero (vida política, econômica e cultural).

racializar e generificar as sociedades submetidas ao domínio colonial (MENDOZA, 2014:93).

Nas palavras de María Lugones (2014), “se estou certa sobre a colonialidade de gênero, na distinção entre humano e não humano, sexo tinha que estar isolado.” (LUGONES, 2014:937). Sexo enquanto categoria isolada advém da ideia de “modelo de sexo único¹⁰”, no qual existe um sexo que abarca machos e fêmeas que são distintos de maneira hierarquizada, por grau e não por tipo. Em outras palavras, o entendimento de um sexo único e isolado, em que diferenças entre machos e fêmeas são graduadas dentro de uma categoria vinculada ao poder, é o que garante sua permanência ao longo do tempo. Isso significa a existência de uma forma superior que é masculina, ou seja, porque o ‘homem’ se tornou “a medida de todas as coisas” (LUGONES, 2014:937), e a ‘mulher’ não é vista como humana. O entendimento de sexo como categoria isolada é característica da colonialidade de gênero, correspondendo à produção de corpos colonizados.

É na permanência da existência de corpos colonizados, reconfigurados como inimigos internos pelo regime autoritário, em que a violência desumanizante encontra seu ápice, uma vez que a desumanização era algo pretendido pela repressão brasileira. Esse era um processo que se iniciava no momento em que a pessoa “caía” nas mãos dos agentes do Estado e era submetida aos processos de quebra do sujeito e de destruição da identidade, por meio das mais variadas forma de violência (CONTREIRAS, 2015; JOFFILY, 2010; ZARANKIN & NIRO, 2008).

Assim como Lugones (2014) afirmou que “a “missão civilizatória” colonial era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático” (LUGONES, 2014: 938), o aparato repressivo, através da tortura, da violência sexual e do terror sistemático, tinha como objetivo a desumanização. Aí se encontra a porta de entrada para uma pesquisa arqueológica feminista descolonial sobre Ditadura, trazendo a historicidade e o significado das relações entre as pessoas e o mundo material no contexto ditatorial brasileiro.

A lógica repressiva implementada pela Ditadura brasileira, ao seguir a DSN (PADRÓS, 2010) – Doutrina de Segurança Nacional¹¹ –, advém de um aparato teórico epistemológico produzido dentro dessa ordem colonial/ moderna. Elementos presentes nos relatos de ex-presas(os) políticos entrecruzados com informações do meio material permitem identificar aspectos e valores dessa ordem que eram legitimados e aplicados com veemência dentro dos espaços utilizados pelo aparato repressivo. Por isso a importância da teoria feminista decolonial para pensar esse contexto e seu mundo material se justifica por ser uma forma de análise inovadora que traz muitos desafios para os estudos da Arqueologia da Repressão e da Resistência. Essa pesquisa perfaz uma via de mão dupla, trazendo resultados tanto para produção de conhecimento arqueológico quanto contribuições aos estudos feministas, com novos elementos que são específicos da arqueologia e demonstrando o potencial que essa perspectiva teórica ganha ao ser utilizada para interpretação do mundo material da Ditadura. Desse modo, intento marcar o início da construção de uma perspectiva teórica e epistemológica para o desenvolvimento de uma Arqueologia Feminista sobre Ditadura.

¹⁰ A autora segue as ideias de Laqueur (1992) quanto ao “modelo de sexo único” historicamente rastreado na antiguidade grega até final do século XVII (e além), como o “mundo onde pelo menos dois gêneros correspondem a nada além de um sexo, onde as fronteiras entre macho e fêmea são de grau e não de tipo” (LAQUEUR, 1992 *apud* LUGONES, 2014:937).

¹¹ A Doutrina de Segurança Nacional foi elaborada no período da Guerra Fria no *National War College* nos Estados Unidos, sendo implementada no Brasil pela Escola Superior de Guerra (ESG) através do General Golbery Couto e Silva.

UM EXERCÍCIO REFLEXIVO PELO MUNDO MATERIAL DA REPRESSÃO

Este exercício toma como base a planta baixa do DOPS/RS para pensar a ação da arquitetura repressiva sobre o corpo e a vida das(os) presas(os) políticos a fim de, por meio das lentes do feminismo descolonial, identificar a misoginia enquanto elemento estrutural da modernidade colonial. Serão utilizados relatos de mulheres e homens presos do DOPRS/RS, bem como a análise de outros materiais não-humanos utilizados para violentar corpos. Para entender as relações entre as pessoas presas e este mundo material, recorro a algumas técnicas procedentes da Arqueologia da Arquitetura¹² para a reflexão dos elementos da construção arquitetônica (prédio em si, as celas, os banheiros, as salas de interrogatório e tortura) seguindo para os materiais utilizados pelo aparato repressivo dentro desses espaços, como objetos de tortura, vestimentas, animais etc. Esta análise corresponderá a uma leitura da planta baixa da edificação, identificando os espaços e seus usos através dos relatos de pessoas presas bem como a utilização pelos agentes repressores de outros meios materiais ligados a este contexto.

Diante disso, farei uso de técnicas concernentes à Arqueologia da Arquitetura seguindo os moldes das pesquisas de Andrés Zarankin (1999a, 1999b, 2002, 2003), Michel Parker Person & Colin Richards (1994), Susan Kent (1990), Thomas Markus (1993), Ayán Vila *et. al* (2002). Cabe a reconhecer que essa orientação teórica epistemológica advém da produção de conhecimento eurocentrado. Entretanto esse modelo metodológico de Análise de Movimentos se apresenta como uma ferramenta útil para reconhecer as possibilidades de agência arquitetônica sobre o corpo dos presos políticos através do controle de movimentação, circulação e contenção/aprisionamento. Esse modelo está sendo problematizado pelas suas condições de produção e tradição, apesar da sua efetividade quanto aos níveis de informações que podem ser extraídas frente ao potencial do meio material repressivo quando olhado pela perspectiva feminista descolonial.

A Análise do Movimento é composta pela análise de circulação com o objetivo de identificar as relações espaciais possíveis dentro de uma edificação por meio dos movimentos como fio condutor da percepção de espaços construídos (AYÁN VILA *et al*, 2002). Isso significa observar a planta baixa e reconhecer as possibilidades de circulação dentro da edificação, resultando na identificação de caminhos possíveis que o meio material permite, exercendo ação de controle de movimentos e permitindo discernir a agência arquitetônica sobre o corpo (BARETTA, 2015) do seu ocupante.

O DOPS/RS (Departamento de Ordem Político e Social) foi instalado na década de 1960 no prédio onde, ainda hoje, funciona a sede da Polícia Civil em Porto Alegre, no Palácio da Polícia, localizado na Av. João Pessoa, nº 2050 (Figura 1). Originalmente a edificação foi projetada para abrigar uma Escola profissional, em regime interno e semi-interno, para pessoas com deficiência auditiva, visual e de fala, chamada de Instituto Santa Luzia (ISL-RS, 2017), que não chegou a ocupar as instalações. Nesse ínterim, o DOPS/RS ficou em todo o 2º andar do prédio, isto significa que, em 1964, o departamento já estava em atividade neste local, permanecendo ali até sua extinção em 1982¹³ (ver planta).

No período ditatorial, pós-golpe de 1964, o DOPS gaúcho foi se adequando às aceções de combate ao comunismo a partir do regime de Terrorismo de Estado (TE),

¹² A técnica que me refiro é a aplicação da Análise do Movimento (AYÁN VILA *et al*, 2002). Este exercício metodológico é uma adaptação do modelo proposto, pois serão consideradas as especificidades locais e outros elementos que não somente dizem respeito à arquitetura. Sendo assim, não serão aplicadas as técnicas passo a passo como realizado em Baretta (2015).

¹³ Ver mais sobre a estrutura e o funcionamento do DOPS em Bauer (2006). Sobre DSN, ver mais em Padrós (2010).

com base nas lógicas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) (PADRÓS, 2010). A sua atuação enquanto braço legal do Estado era utilizado para controle civil, no combate ao avanço ideológico comunista e, também, como parte da engrenagem que sustentava o novo plano político e econômico nacional. As adequações pelas quais passou o DOPS/RS, neste período, consistem em constantes reformulações em suas estruturas, tais como: institucionalização da DSN; militarização da burocracia; treinamentos de pessoal; especialização do setor de coleta de informações; reorganização estrutural e alinhamento administrativo e metodológico entre as esferas, municipal, estadual e federal (BAUER, 2006). A sua função no combate aos inimigos internos (PADRÓS, 2010) do sistema significou ações como perseguições, interrogatórios, sequestros, prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e desaparecimentos. Nesse sentido, o DOPS/RS pode ser entendido como ferramenta legal do aparato repressivo traduzida em um Centro de Detenção e Tortura – CDT.

Esse exercício analítico foi realizado apenas no segundo andar do prédio porque lá era onde funcionava oficialmente o DOPS/RS. Para tanto, utilizo especificamente a planta do II Pavimento do Instituto Santa Luzia – Escola profissional para cegos e surdos em Porto Alegre/RS –, de 1947¹⁴, em sobreposição com os relatos¹⁵ das(os) expensas(os) políticos. É provável que tenha ocorrido pequenas alterações quanto à divisão interna dos espaços, entretanto, as estruturas e a forma da edificação permanecem iguais à planta do projeto inicial de 1947 (fachada frontal à oeste e as laterais norte e sul, ver planta).

É plausível que a planta do Instituto Santa Luzia não tenha sido totalmente executada, pois na análise comparativa entre a planta de 1947 e a sua forma atual, indica que, originalmente, o projeto teria formato retangular com pátios internos. No entanto, a forma atual verificada através de imagens de satélite (Google Earth) é possível visualizar a forma existente em U (Figura 02). A lateral da edificação do Instituto Santa Luzia (planta de 1947), de frente à Av. Ipiranga, possivelmente, finda onde se inicia o prédio atual do Instituto Médico Legal (IML) (ver parte hachurada na planta). É perceptível na imagem do Google a diferença entre os dois prédios, sendo o do IML, provavelmente, uma construção posterior (ver planta).

A Análise da Circulação (AYÁN VILA *et al.*, 2002) consiste em reconhecer a forma da edificação – no caso em U –, onde é possível estabelecer o desenho do percurso, como um esquema geral de circulação, em que é possível identificar a linha cognitiva de uma edificação por meio do movimento em seus espaços, que é integrado a um sistema de trânsito onde se tornam inteligíveis os elementos que influem na percepção das formas e espaços construídos (BARETTA, 2015).

¹⁴ Planta no Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre.

¹⁵ Utilizo também como material de apoio a descrição do prédio feita pelos advogados da OAB após vistoriar o DOPS/RS, em fins de 1960, em função de denúncias e violações dos direitos humanos, disponíveis em Bauer (2006).

Figura 1 - Fachada frontal Palácio da Polícia, antigo DOPS.

Fonte: <http://radiopampa.com.br> autor não informado. Acesso em janeiro de 2017.



Figura 2 - Vista de satélite do Palácio da Polícia.

Fonte: Google Earth, acesso em janeiro de 2017.



Essa forma em U apresenta uma lógica de acesso controlado na parte interior da construção com boa visibilidade de qualquer um dos andares em direção dos pátios internos. Há uma ligação construtiva entre as paredes Norte e Sul, cortando a forma em U no sentido horizontal. A circulação no interior do edifício é limitadora e direcionadora de movimentos e acessos por pontos chave, que são os corredores (em verde na planta). Isso significa dizer que, quanto à forma da edificação, existe uma hierarquia de espaços, pois, para ter acesso à determinada sala, é preciso, necessariamente, passar por esses pontos-chave. Essa lógica de circulação faz sentido para esse tipo de projeto arquitetônico que, anteriormente, era destinado a uma escola,

ou seja, corresponde a um espaço de controle e disciplina (FOUCAULT, 2004), assumido pela Secretaria de Segurança Pública na década de 1960. Flávia Schilling (2010) escreve que as instituições disciplinares “são estufas para mudar pessoas” (SCHILLING, 2010:149), com a ação voltada para construir indivíduos e formas de viver. Conforme se observa no relato de Bona Garcia:

Minha primeira impressão do DOPS me violentou profundamente. (...). Entrei encapuzado, e quando me tiraram o capuz vi sangue nas paredes, sangue no piso, pessoas ensanguentadas jogadas no chão e se arrastando, rostos inchados, corpos cheios de marcas e feridas ensanguentadas, olhos em fogo, bocas contraídas mostrando coágulos no lugar dos dentes, gemidos e soluços, uivos de dor. Lembrei imediatamente de um matadouro. (GARCIA & POSENATO, 1989).

É possível “adentrar” no segundo andar do prédio do DOPS através da descrição dos advogados da OAB/RS, feita nos anos 60, após denúncia das arbitrariedades cometidas pelos agentes naquele espaço. Índio Vargas¹⁶ (1981), preso no DOPS/RS, conta que era conduzido vendado pelo interior do andar: “O homem parou, desatou a venda e num instante pude ver que estava num corredor comprido de luz escassa” (VARGAS, 1981:61). A sala onde aconteciam as torturas é descrita por Martinha¹⁷: “Quando me tiraram o capuz, vi que estava em uma sala pequena e escura. Ligaram uma luz forte direto nos meus olhos, deixando-me praticamente cega. Colocaram fios nos dedos de minhas mãos e me deram várias descargas elétricas. A dor era horrível” (RAMMINGER, 2010:145).

Ao observar a planta de 1947, encontro a possibilidade dessas “celas especiais” apontadas pelos advogados da OAB serem as salas escuras descritas por Martinha, corresponderem aos números 34, 35, 36, 37 na planta baixa (em vermelho). Levantei esta possibilidade porque as referidas salas estão circundadas pelos corredores 3, 4, 5 e 6, não possuindo janelas que dão acesso à parte exterior do prédio. Esses recintos estão isolados e, provavelmente, eram dotados apenas de orifícios de ventilação através de dutos de ar. Além disso, possuem um acesso de entrada/saída, pelo corredor 5 (verde), o que significa que são espaços independentes um do outro (ver planta).

Vale ressaltar a existência de três celas especiais localizadas no 2º andar do chamado ‘Palácio da Polícia’. Construção relativamente moderna, em amplo edifício adaptado ao serviço público, custa crer, nela se possa deparar com autênticos calabouços medievais, que nada mais são as citadas celas especiais, muito além do calabouço definido pelos léxicos, pois não são apenas ‘lugares sombrios’, senão que de negrura total absoluta. Encontramo-las de portas abertas, ao fundo do corredor, prontas para a inspeção. Estavam iluminadas por lâmpadas de ‘luz solar’, embutidas em nichos quadrangulares e situados no alto. Pintadas de cinza azulado, limpas, batidas pela forte iluminação artificial, nada apresentavam de anormal. À primeira vista, a não ser, seis pequenos orifícios, de mais ou menos, polegada e meia cada um, localizados no alto da parede lateral de cada cubículo. Tais furos servem para canalização do ar e uma vez interrompida a corrente elétrica, (cujo interruptor se encontra do lado de fora, no corredor) faz-se a escuridão mais completa, como tivemos oportunidade de testar. É que os canos condutores de ar, através das citadas perfurações, são torcidos na parte externa das paredes, de sorte que, entra o ar, de

¹⁶ Jornalista, vereador cassado, militante do Grupo Armado do PTB, perseguido e preso político da repressão brasileira.

¹⁷ Ignez Maria Serpa Ramminger, a Martinha, hoje é médica veterinária e, ainda na adolescência, teve contato com o PCB por intermédio de um tio em Uruguai/RS. Nesse período prestou serviços de “pombo-correio” entre membros do partido de Porto Alegre e o tio que estava exilado no Uruguai, junto com outros companheiros. Na universidade, UFRGS, entrou para militância na Vanguarda Revolucionária Armada Palmares, a VAR-Palmares e participou da luta armada urbana. Foi presa em casa, aos 21 anos, em abril de 1970.

forma precária é verdade, mas de luz, nem o menor raio, uma fimbria, o menor ponto ou partícula sequer. Informou um militar que nos foi apresentado como Coronel Rieth, Superintendente do Departamento, que a escuridão das celas se destina à ação psicológica sobre os detentos e o ‘engenho’ de sua montagem foi resultante de orientação traçada por técnicos do Federal Bureau of Investigation, o famoso FBI. As três celas são de dimensão reduzidas, uma delas servindo de passagem a outra, com piso totalmente de cerâmica. Apresentavam-se nuas, à exceção da intermediária, onde existia um colchão. Informou também o citado Superintendente que não havia ninguém no Departamento, explicando, outrossim, que colocada a polícia ante a necessidade de obter confissão, deveria optar pelo uso da violência ou o emprego de meios psicológicos, tendo seu Departamento optado pelos últimos: as celas seriam eficientes instrumentos dessa natureza (PODER JUDICIÁRIO, 2000 *apud* BAUER, 2006:78).

O trecho acima informa sobre a aplicação de técnicas de terror, importada dos EUA, aplicado ao corpo das pessoas presas em Porto Alegre. A Arquitetura era utilizada para obter informações e promover a quebra do sujeito por meio da violência psicológica, além da prática de tortura física. Isso é perceptível a partir da instalação e do uso de celas pequenas, dependentes umas das outras, sem iluminação, com o interruptor do lado de fora, com pequenos dutos para escassa passagem de ar, sem qualquer mobília (à exceção de um colchão em uma delas), além do uso de objetos como o capuz, todos esses elementos possuíam o objetivo de causar efeitos psicológicos. Espaços com essas características promovem, além do isolamento e escuridão, podem potencializar a sensação de frio e de calor, aumentando a exposição e indefensabilidade da pessoa presa. Assim como a situação de vulnerabilidade relatada por Martinha no momento do uso do banheiro, pois eram sempre acompanhadas por um agente olhando de frente, com a porta aberta, sem qualquer possibilidade de proteção e individualidade na hora do banho ou das necessidades fisiológicas, segundo ela “Optei por não tomar mais banho como forma de resistir”¹⁸ (RAMMINGER, 2013).

Uma prática recorrente dos torturadores era de encapuzar pessoas na hora de se locomover pelo interior do prédio: “Eles colocaram um capuz preto na minha cabeça que não me permitia enxergar nada. Desci uma escada aos tropeços. Quando me tiraram o capuz, vi que estava em uma sala pequena e escura” (RAMMINGER, 2010:145). O ato de retirar a capacidade visual da presa tinha por fim a vulnerabilidade pessoal, além do não reconhecimento visual dos espaços e dos torturadores.

A organização e o manejo de pessoas presas dentro de um CDT como o DOPS/RS eram regidos pela lógica da DSN de combate aos inimigos internos (PADRÓS, 2010), que se configurava na perpetração de crimes como sequestro, tortura, assassinatos, desaparecimento forçado, etc., neste caso, dentro de um espaço oficial. Essa lógica criminosa foi identificada também nos CCD’s (Centros Clandestinos de Detenção) na Argentina, onde também se “evidenciavam uma planificação sistemática” (ZARANKIN & NIRO, 2008:195). O objetivo era desumanização, em que subversivos eram considerados menos que seres humanos (CALVEIRO, 2013). Essa planificação se dava por meio dos processos de condução do preso dentro do espaço repressivo, como na chegada, na retirada de roupas, na entrega de pertences, no uso de vendas nos olhos, seguido das diferentes formas de violência aplicadas sistematicamente como objetivo de destruição da identidade. Isso significa dizer que se não há identidade, não existem pessoas.

¹⁸ Depoimento em vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=flAcB6ys3hA&t=541s>. Acesso em janeiro, 2017.

Simplemente, corpos anônimos que estão sujeitos aos dispositivos punitivos e burocráticos dessa estrutura repressiva. Sem identidade, o sujeito perde os laços com sua própria história, com seu passado. Transforma-se em um ser quebrado. Essa situação favorece a possibilidade de delatar companheiros ou obedecer às ordens impostas (ZARANKIN & NIRO, 2008:195).

O que o mundo material da repressão está mostrando é que, a partir do momento que uma pessoa é presa dentro de um CDT, a violência era destinada a esses corpos com a intenção de destruição da identidade. Essa planificação a que se refere Zarankin & Niro (2008) pode ser entendida aqui, através da crítica feminista, como objetificação, isto é, tornar a pessoa um objeto. Lílian Celiberti¹⁹ narra sobre sua tortura com choques elétricos no DOPS/RS

Nesse momento o que mais te dói é a humilhação que significa estar aí, anulado, com o corpo lambuzado de merda e tremendo sem poder te controlar, tremendo sem que tua vontade possa impedi-lo. O objetivo da tortura é esse: te destruir como pessoa, que teu corpo, tua vontade, percam o controle e te sintas um montão de carne, ossos, merda e dor e medo (CELIBERTI & GARRIDO, 1989:13).

Nilce Cardozo²⁰ descreve que seu sentimento em relação ao DOPS é de “pânico e ódio” do lugar onde ela foi torturada nua. “O corpo não é um corpo, é um nada”, explicando que a função da tortura “além de arrancar a informação é de acabar com toda e qualquer resistência humana”²¹ (CARDOZO, 2013). A violência de gênero é uma característica dos regimes ditatoriais por toda a América Latina, segundo a feminista Graciela Sapriza (2010), sendo a prisão e a tortura as peças-chaves da engenharia repressiva. Durante a tortura, o corpo feminino era visto como objeto sexual (JELIN, 2002, CALVEIRO, 2013), e a violência direcionada aos órgãos sexuais objetivavam esterilização e destruição da identidade. Martinha também passou pelo processo de violência sexual, no DOPS/RS, com intuito de esterilização:

Essas torturas eram acompanhadas de palavrões, xingamentos e coisas do gênero, para humilhar e desmoralizar. A mim, por ser mulher, dizíamos que éramos putas e coisas parecidas; faziam coisas indizíveis. (...). Um deles, oficial do Exército, conhecido pelo nome de Malhões, chegou a ejacular e rir durante as sessões de tortura. (...). Ele dava aulas de tortura e nós éramos as cobaias. Recebi tanto choque elétrico na vagina que quase perdi meu útero (RAMMINGER, 2010:146).

Se entendermos a violência repressiva através da colonialidade de gênero, que foi traçada por Lugones (2014) a partir dos valores cristãos associados à missão civilizatória enquanto elemento chave da ideologia fundante do sistema colonial, isto significa compreender que a Ditadura brasileira se constituiu e se atualizou nesse sistema opressivo, de modo que autorizou, legitimou e acentuou a desumanização do outro por meio dessas práticas de violência. E mais, a internalização dos processos de racialização e generificação enquanto uma construção normativa do social era constantemente atualizada dentro desses espaços. Junto com essa atualização, vinha toda a carga opressiva e violenta em cima desses corpos, em especial, no feminino.

¹⁹ Lílian Celiberti, uma professora, militante uruguaia, que foi presa aos 29 anos, clandestinamente, junto com seu companheiro Universindo Dias e os dois filhos pequenos – Camilo, com oito anos e, Francesca, com três. Eles foram sequestrados em Porto Alegre, no ano de 1978, numa operação conjunta de forças brasileiras e uruguaias.

²⁰ Nilce Azevedo Cardoso morava em São Paulo, estudava física na USP, era militante na JUC (Juventude Universitária Católica). Em 1967, terminou a faculdade e entrou para AP (Ação Popular). Veio para Porto Alegre, em 1969, para atuar junto ao movimento operário, como membro do Comando Regional da AP. Foi presa em abril de 1972, aos 27 anos.

²¹ Depoimento em vídeo. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=11zld0vrqes. Acesso em janeiro, 2017.

A violência sexual e de gênero perpetrada dentro dos CDT's dá a conhecer sobre a autorização do processo de feminização a partir dessa perspectiva civilizadora, enquanto efeito da colonialidade de gênero de Lugones (2014). A feminização perpassa pela emasculação moral e física dos homens diante do opressor (SEGATO, 2012) dentro desses espaços. Lugones (2014) define como "feminização" de "homens" colonizados como "um gesto de humilhação, atribuído a eles a passividade sexual sob a ameaça do estupro. Esta tensão entre hipersexualidade e passividade sexual define um dos domínios da sujeição masculina dos colonizados" (LUGONES, 2014:937).

A violência sexual contra homens torturados no pau-de-arara, narrada por Bona Garcia²², pode ser entendida como expressão da feminização dos homens presos:

O pau-de-arara é outra tortura terrível. Não passei por ela. Levam o indivíduo nu, amarram as mãos com as pernas, levantando-o como um frango pendurado, aí começam a bater com um pedaço de pau. Enfiam uma mangueira no ânus ou na garganta, abrem a torneira para encher de água os intestinos ou os pulmões, depois dão choques elétricos. Essa tortura sempre deixa sequelas físicas que muitas vezes provocam a morte prematura (GARCIA & POSENATO, 1989:50).

Cabe lembrar que nesta narrativa a denúncia de violência sexual foi perpetrada contra o corpo de outro homem, que não o narrador. Esse tipo de tortura no pau-de-arara era uma técnica utilizada no período escravocrata brasileiro (MERLINO & OJEDA, 2010), que foi atualizada no período ditatorial com a combinação de outros métodos como choques elétricos, palmatórias, pancadas, queimaduras e afogamentos, além do uso de objetos para violência sexual, devido posição vulnerável do torturado. A utilização desses materiais revela as permanências da colonialidade. O meio material (objetos de tortura, pau-de-arara, choques, palmatória, uso de objetos para violação, perucas de mulher etc.) mostra que a emasculação era um tipo de violência recorrente dentro dos espaços repressivos. Isto significa a permanência, a atualização e a potencialização da colonialidade de gênero da modernidade colonial.

O depoimento de Dulce Chavez Pandolfi²³, no livro *Luta substantivo feminino*, relata sobre a tortura que sofreu do DOI-CODI do Rio de Janeiro, nos anos 1970.

No DOI-Codi, a barra foi pesadíssima. Teve pau de arara com choque elétrico no corpo nu: nos seios, na vagina, no ânus. Lá tinha um filhote de jacaré de estimação dos torturadores que eles colocavam para andar em cima do nosso corpo, amarrado numa cordinha. Fiquei três meses no DOI-Codi, depois fui para o Dops e, depois de um tempo, para o presídio de Bangu (MERLINO & OJEDA, 2010:58)

O relato de Dulce revela o uso do pau-de-arara em mulheres, o que corrobora com a ideia de planificação e objetificação, uma vez que as técnicas e objetos de tortura eram utilizados tanto em homens quanto mulheres. Os choques elétricos na vagina, útero e testículos tinham como objetivo a esterilização, além de potencializar a dor, com choques em áreas sensíveis do corpo como ânus, língua, seios, orelhas etc. Além da variabilidade de materiais para tortura, eram utilizados animais como cobras, jacarés, ratos, baratas, configurando os elementos não-humanos. Amelinha Teles²⁴ informou²⁵

²² Bona Garcia, nos anos 1970, fez parte do grupo armado de guerrilha urbana Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Antes disso fez parte do Partido Operário Comunista (POC), originado a partir da Política Operária (POLOP).

²³ Dulce Chaves Pandolfi, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), era estudante de Ciências Sociais quando foi presa em 14 de agosto de 1970, no Rio de Janeiro (RJ). Hoje, vive na mesma cidade, onde é professora da Fundação Getúlio Vargas e diretora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

²⁴ Maria Amélia de Almeida Teles, ex-militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), era professora de educação artística quando foi presa em 28 de dezembro de 1972, em São Paulo (SP). Hoje, vive na mesma cidade, é diretora da

que tomou conhecimento de que o homem que a torturou (Lourival Gaeta) quando estava presa, também havia torturado e, posteriormente, assassinado uma mulher, colocando um rato vivo na sua vagina, porque, segundo ele, ratos só andam para frente, o que acabou causando hemorragia interna.

Dulce Maia²⁶ foi presa em 1969, em São Paulo. Seu relato traz elementos relativos ao processo de objetificação e desumanização, servindo de cobaia, ficando nua e vendada, torturada com diferentes tipos de materiais (velas, choques, água, agulhas, etc.), além da violência sexual com choques na vagina, com o objetivo de causar infertilidade, ademais o estupro.

Muitos deles vinham assistir para aprender a torturar. E lá estava eu, uma mulher franzina no meio daqueles homens alucinados, que quase babavam. (...). Eu vejo a cara do estuprador. Era uma cara redonda. Era um homem gordo, que me dava choques na vagina e dizia: 'Você vai parir eletricidade'. Depois disso, me estuprou ali mesmo. Levei muitos murros, pontapés, passei por um corredor polonês. Fiquei um tempão amarrada num banco, com a cabeça solta e levando choques nos dedos dos pés e das mãos. Para aumentar a carga dos choques, eles usavam uma televisão, mudando de canal, 'telefone', velas acesas, agulhas e pingos de água no nariz, que é o único trauma que permaneceu até hoje. Em todas as vezes em que eu era pendurada, eu ficava nua, amarrada pelos pés, de cabeça para baixo, enquanto davam choques na minha vagina, boca, língua, olhos, narinas. Tinha um bastão com dois pontinhos que eles punham muito nos seios. E jogavam água para o choque ficar mais forte, além de muita porrada. O estupro foi nos primeiros dias, o que foi terrível para mim. Eu tinha de lutar muito para continuar resistindo. Felizmente, eu consegui. Só que eu não perco a imagem do homem. É uma cena ainda muito presente. Depois do estupro, houve uma pequena trégua, porque eu estava desfalecida. Eles tinham aplicado uma injeção de pentotal, que chamavam de 'soro da verdade', e eu estava muito zozza. Eles tiveram muito ódio de mim porque diziam que eu era macho de aguentar. Perguntavam quem era meu professor de ioga, porque, como eu estava aguentando muito a tortura, na cabeça deles eu devia fazer ioga. Me tratavam de 'puta', 'ordinária'. Me tratavam como uma pessoa completamente desumana. Eu também os enfrentei muito. Com certa tranquilidade, eu dizia que eles eram seres anormais, que faziam parte de uma engrenagem podre. Eu me sentia fortalecida com isso, me achava com a moral mais alta (MERLINO & OJEDA, 2010:70).

A resistência de Dulce à violência repressiva dá a conhecer a misoginia estruturada, pois causava profunda irritação nos seus torturadores. A indignação era percebida quando acontecia mudança no 'tratamento' passando de 'puta', 'ordinária' e desumana para a condição de "macho", por conseguir aguentar tamanha violência. Nesse sentido, quando é reconhecido na mulher qualquer elemento de resistência e bravura, imediatamente ela era comparada a um homem. Outro aspecto de comparação ao homem é quando a mulher assumia um papel importante na luta contra ditadura e quando "caía" (era presa), apanhava e era torturada como homem, porque, ao ser protagonista, ocupava um lugar que não era seu.

União de Mulheres de São Paulo e integra a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos 2008.

²⁵ Fala proferida durante Oficina – Verdade e Gênero, sobre a Ditadura no 13º Fazendo Gênero e 11º Mundo de Mulheres em Florianópolis, 2017.

²⁶ Dulce Maia, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), era produtora cultural quando foi presa na madrugada de 26 de janeiro de 1969, em São Paulo (SP). Hoje, vive em Cunha (SP), é ambientalista, dirige a ONG Econsenso e é cogestora do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Não encontrei, até o momento, relatos de homens narrando violência sexual contra seu próprio corpo, o que não significa que não tenha acontecido. Isso pode ser entendido como mais um efeito da feminização, como a dificuldade da fala sobre os processos de violência com a conotação de desmoralização, com base na emasculação e consequentemente a desumanização do sujeito preso em um CDT. O que é perceptível na narrativa de Índio Vargas (1981) sobre o percurso dentro do prédio do DOPS/RS até ser levado para uma sala de onde podia ouvir gritos abafados e muitos murmúrios, em que descreve os materiais que viu:

A sala onde me encontrava apresentava muita desordem: colchões empilhados, uma mesa sobre a qual pude ver uma peruca de mulher, um par de algemas, uma máquina estranha com dois fios de cobre estendidos pelo chão. Fiquei de pé esperando o que iria acontecer, quando um dos homens falou para o outro: Agora esse merda vai falar! (VARGAS, 1981:63).

A existência de uma peruca de mulher dentro da sala de torturas descrita por Índio Vargas serve como indício da possibilidade do seu uso para feminização, ou seja, para ser utilizado na forma de violência contra a masculinidade do preso. Em sua narrativa, ele apenas a identifica no espaço. Isso corrobora com as análises de Janaína Contreiras (2015) que constata a parca produção de relatos de homens, se comparado aos relatos de mulheres, denunciando violência sexual. Elementos como esse, que permitem entender enquanto consequências dessas relações violentas dentro desses espaços sob o uso de instrumentos destinados à feminização, possivelmente, causando interdição da fala. Isso dá a conhecer a colonialidade de gênero (LUGONES, 2014) enquanto parte da lógica repressiva da ditadura brasileira contemporânea, uma vez imbuída na dinâmica moderna colonial, no que diz respeito aos corpos de homens dentro da sala de torturas das instituições repressivas.

Por vezes, mulheres e homens eram torturados conjuntamente, conforme relata Martinha:

Fui torturada, na maioria das vezes, junto com o Gustavo (...). Confesso que não sei o que é pior: ser torturada ou ver o companheiro ser torturado. Só sei que sofria junto com ele e temia que o matassem (...). Eles obrigavam o Gustavo, Paco e eu a darmos as mãos para levarmos choque elétrico ao mesmo tempo. Se alguém largasse a mão, todos eram espancados. Se o objetivo deles foi nos desunir ou que assimilássemos o condicionamento à desunião, o tiro saiu pela culatra, pois, para mim, a união produz força e bem estar. Eles torturavam o Gustavo na minha frente para me fazer falar e vice-versa (RAMMINGER, 2010:145).

O corpo é parte crucial nesse processo, porque constitui a propriedade última do ser humano, e é pelo corpo que perpassam as experiências e as memórias, fazendo do corpo o fio conectivo entre as memórias e este período de nossa história recente (SAPRIZA, 2010). O trecho acima mostra a planificação enquanto objetivo da tortura percebido pela maneira com que os materiais eram utilizados, pois, as pessoas presas eram sujeitos subversivos, não-humanos, de mãos dadas levando choque (observar na planta o uso compartilhado dos espaços nas possíveis salas de tortura em vermelho).

Diziam que queriam destruir nossas mentes, porque esta seria a única forma de acabar com gente como nós. De alguma maneira, eles atingiram o objetivo. Anos depois, o Paco morreu em consequência do alcoolismo e o Gustavo cometeu suicídio, em 1985, após retornar do exílio. Quando tive meus filhos, a dor do parto me fazia recordar das torturas (RAMMINGER, 2010:146).

Figura 3 – Planta: sobreposição entre Instituto Santa Luzia (1947) e Relatos.
Desenho: Luisa D'Ávila.



Figura 4 – Legenda da sobreposição de planta (1947) Instituto Santa Luzia/Relatos.
Desenho: Luisa D'Ávila.

Cor	Nº	Projeto Original	Dops
Laranja	E	-	Elevador de acesso ao 2º andar
Verde	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11	-	Corredores
Marrom	12	Biblioteca	Sala de Reuniões
Azul escuro	19	Sala de Piano	Biblioteca
Azul Claro	21	Sala de Piano	Sala de Interrogatórios
Roxo	23	Anfiteatro	Sala grande
Amarelo	15 e 30	Sala de fumar (15) e Arquivo (30)	Sala dos Delegados
Verde escuro	31	Aula de Química	Seção de investigações
Rosa claro	33	Sala de desenho	Sala de burocracias
Vermelho	34, 35, 36, 37	Sala p/ 18 alunos	Salas escuras
Rosa	50	Datilografia (meninas)	Gabinete do diretor
Lilás	51	Aula de Flores	Sala de expedição de documentos

No DOPS gaúcho era comum o uso dos espaços sem diferenciação de gênero, a exemplo da sala de torturas que era utilizada para torturar homens e mulheres (ver planta – Figuras 3 e 4). Este uso compartilhado do espaço pode ser entendido como prática de terror, como tática de quebra do sujeito, uma vez que a violência de sexual ao obedecer a lógica social patriarcal revela a misoginia utilizada como arma repressiva, por meio dos processos de feminização aplicados aos homens torturados.

A tortura conjunta, com a aplicação de violência na genitália de ambos, demonstra esse processo, seguido da planificação sistemática, conforme o depoimento de Maria do Socorro Diógenes, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, presa em 1972, em São Paulo.

Meu corpo ficou todo preto de tanto chute, de tanto ser pisada. Fui para o pau de arara várias vezes. De tanta porrada, uma vez meu corpo ficou todo tremendo, eu estrebuchava no chão. Eles abusavam muito da parte sexual, com choques nos seios, na vagina... passavam a mão. Também faziam acareações minhas com um companheiro do movimento estudantil, o Pedro Eugênio de Toledo. Eles obrigavam a gente a se encostar nas partes sexuais e a torturar um ao outro. Tínhamos que por a mão no órgão um do outro para receber choques. Eles também faziam a gente se encostar como se fôssemos ter uma relação, para os dois serem atingidos pelo choque. Fiquei quase um mês sendo torturada diariamente (MERLINO & OJEDA, 2010:100).

De acordo com Paz (2010), a violência empregada aos homens possuía conotação de autodesqualificação, de destruição da virilidade masculina, de causar impotência, inclusive, em alguns casos, de responsabilidade sobre o que acontecia sobre o corpo feminino, no sentido de culpabilidade por não conseguir evitar a tortura, em muitos casos, de suas companheiras. A tortura conjunta, comumente acompanhada de violência sexual e todos os apetrechos utilizados, indicam o caminho para os significados de ser uma mulher presa em um CDT através do processo de quebra da identidade, tornando-se não-humana. Enquanto o homem dentro do CDT, passava pelos processos de emasculação, feminização seguido da desumanização. Isso dá a conhecer a misoginia do aparato repressor sobre os corpos das mulheres torturadas, lembrando que “a hierarquia dicotômica entre o humano e o não-humano é marca central da modernidade ocidental” (COSTA, 2015:274).

Essas eram práticas recorrentes dentro do DOPS/RS, permitindo compreender o quanto o aparato repressivo se utilizava da estrutura arquitetônica, enquanto dispositivo de terror e o quanto essa arquitetura exercia influência sobre a vida dessas pessoas, fosse direcionando movimentos ou por meio do encarceramento em salas diminutas e escuras, com pouca ventilação etc., configurando um lugar de isolamento e opressão.

Não é possível ver as diferenças de gênero a partir do meio material dentro desse CDT porque a ação da lógica repressiva atinge seu ápice violento misógino por meio dos processos de feminização e a emasculação de homens para o passo seguinte que é a desumanização. As mulheres, ao adentrarem nesses espaços, sob a condição de presas políticas, passavam diretamente ao processo de desumanização, o que demonstra a misoginia estrutural da modernidade colonial, aplicados com veemência e em constante atualização – a colonialidade de gênero. A não percepção dessas diferenças no meio material se atribui aos processos de planificação e apagamento de toda e qualquer possibilidade de agência das(os) sujeitas(os) ali submetidos e, as lentes do feminismo descolonial permitiram acessar e compreender as dimensões da colonialidade de gênero utilizadas enquanto ferramenta para aniquilamento de pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este exercício serviu para discutir o potencial que a Arqueologia da Repressão e da Resistência possui quando analisada por uma perspectiva feminista. A viabilidade deste tipo de análise alavancou o reconhecimento de elementos ligados às permanências da modernidade colonial a partir da relação entre o mundo material da Ditadura e das pessoas presas em Centros de Detenção e Tortura no Brasil. Essa diferenciação de gênero está imbuída na lógica ideológica e epistêmica da modernidade colonial, acentuando a dicotomia e a hierarquia de gênero. Elementos como planificação, objetificação, feminização, emasculação e desumanização das pessoas dentro de um CDT, entendidos sob o feminismo descolonial, mostra que a violência e atualização desse processo é parte da misoginia estrutural da modernidade colonial.

Nilce pede, em sua fala, que nós, enquanto pesquisadoras, saibamos olhar e compreender como se constituem os sujeitos torturados, que sejamos capazes de perceber as subjetividades de como seu discurso vai se construindo, partindo de um lugar e as levando para outro. É importante que consiga apreender o “fio condutor” da construção dessas histórias e não somente salientar a preocupação em relatar cenas de tortura e sofrimento (CARDOZO, 2013). Assim, ao reconhecer as permanências da colonialidade na contemporaneidade, acessadas através das experiências de pessoas que sentiram seus efeitos no corpo, é possível perceber o modo com que estas foram se reconstruindo enquanto sujeitas em um processo cotidiano, fazendo de seus relatos falas políticas. É nesse sentido que a resistência perpassa pelo corpo, uma vez que é entendido enquanto “*assemblages* (ou montagens), e categorias como raça, gênero, sexualidade, etc., deveriam ser concebidas como eventos, ações, em sua performatividade constitutiva – e não como atributos dos indivíduos” como escreveu Cláudia Costa (2015:274). Olhando por esta perspectiva, isso nos permite compreender que os efeitos da colonialidade são estruturais e não conjunturais. Assim, o corpo, nas palavras de Lorena Cabnal (2010:22), se torna “um território político, um lugar historicamente concreto de resistência, com dimensão e potencial transgressor, transformador e de criação”.

Estar presa em um ambiente como o DOPS/RS possuía o sentido de total subordinação do corpo ao desejo do agente, o qual assumia o controle sobre a vida da pessoa presa. O uso do capuz sobre a cabeça da presa era para impedir a visão e aumentar a sensação de insegurança e, em contrapartida, para os torturadores, significava garantia de impunidade, não ver rostos, apenas castigar mulheres subversivas. Caminhar pelos espaços da edificação, subir e descer escadas, ser levada de uma sala à outra, ouvir de onde estava presa os gritos de pessoas sendo torturadas, a eminência de ser a próxima quando os ruídos cessavam. Portanto, o corpo das mulheres dentro desses espaços era duplamente violado, no sentido pessoal de sofrer sevícias por ser uma mulher lutando contra um sistema e, ainda, ter seu corpo utilizado para tortura de outrem, no sentido de humilhar, desqualificar e demonstrar impotência dos homens torturados a partir dos processos de feminização. É por isso que a historiografia conta que homens narram atos heroicos e outros aspectos das suas lutas obtendo o monopólio memorialístico na luta contra a Ditadura, com as publicações desses livros. Pergunto, como publicizar a condição de homens estuprados, feminizados? Isto explica porque as denúncias de violência sexual são majoritariamente de mulheres.

Cabe lembrar que esta é uma pesquisa que está em andamento e ainda existem muitas pontas soltas a serem coadunadas até o fim deste doutorado. Como propus inicialmente, este é um exercício que tem permitido levantar questões, muito mais do que trazer respostas. Ainda assim, foi possível observar o movimento de um olhar que partia da historiografia feminista sobre ditadura, afirmando sobre as diferenças de

gênero e indo para o mundo material que manifestava o oposto, dando sinais de que, dentro dos CDT's, essas diferenças desapareciam. Isso me causou muito desconforto até compreender, através do feminismo descolonial, que este apagamento consistia exatamente na misoginia estrutural enquanto permanência da modernidade colonial. Afinal, a descolonização perpassa pelos nossos pensamentos e nas formas com que aprendemos e fomos treinadas a pensar, pois a descolonizar a arqueologia requer, necessariamente, a descolonização das arqueólogxs. E a teoria feminista descolonial aponta um ótimo caminho, como escreveu a feminista Carol Hanisch, ainda em 1969, “o pessoal é político”.

AGRADECIMENTOS

À Capes, ao PPGAnt, à Loredana Ribeiro e à Luísa d'Avila pelos desenhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU e SOUZA, Rafael. 2014. Arqueologia e a Guerrilha do Araguaia ou a materialidade contra a não narrativa. In: *Revista de Arqueologia Pública*. N°10. LAP/NEPAN. Campinas: Unicamp.
- ALMEIDA Tânia Mara Campos de; PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. 2015. Violência contra mulheres negras no Brasil à luz dos estudos feministas latino-americanos. In: Karina Bidasca, Alejandro De Oto, Juan Obarrio y Marta Sierra (comps.). *Legados, Genealogías y Memorias Poscoloniales en América Latina: Escrituras fronterizas desde el Sur*. Buenos Aires: Ediciones Godot, p.295-317.
- ANJOS, Giulia. 2012. A arqueologia da repressão no contexto das ditaduras militares da Argentina, Uruguai e Brasil. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, 5:79-92
- ARFUCH, Leonor. 2013. *Memoria y autobiografía: exploraciones en los límites*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- AYÁN VILA, et al. 2002. Arquitectura 1: Bases teórico metodológicas para uma arqueología de la arquitectura. *TAPA- Trabajos de Arqueología e Patrimonio*. N° 25. Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe – Instituto de Investigaciones Tecnológicas, Universidade de Santiago de Compostela (IIT,USC), A Coruña, Galicia, novembro.
- BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (comp.) 2012. *Las Laurencias. Violencia sexual y de género en el terrorismo de Estado uruguayo*. Montevideo: Trilce.
- BARETTA, Jocyane R. 2015. Arqueologia e a construção de memórias materiais da Ditadura Militar em Porto Alegre/RS (1964-1985). *Dissertação Mestrado PPG/História/Unicamp*. Campinas/SP.
- BARETTA, Jocyane R. 2014. Arqueologia da Repressão e da Resistência e suas contribuições na construção de memórias. *Revista de Arqueologia Pública*. N°10. LAP/NEPAN. Campinas: Unicamp, 2014.
- BALLESTRIN, Luciana. 2013. América Latina e o giro decolonial. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* n.11, pp.89-117.
- BAUER, Caroline. 2006. Av. João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). *Dissertação de mestrado-PPG História/ Ufrgs*. Porto Alegre.
- BELLÉ, Matheus F. 2013. Arqueologia da repressão em Porto Alegre (1964/1985). *Monografia Bacharelado em Arqueologia/ICHI-FURG*. Rio Grande/RS.
- BETTO, Frei. 1982. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 5ªed.
- BIANCHINI, M. C. 2015. "De la represión al patrimonio: vestigios de la violencia de estado en Madrid y Santiago de Chile". *Revista de dialectología y tradiciones populares*, 70. pp. 399-426.
- BRAH, Avtar. 2016. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 26, p. 329-376, abr. 2016. ISSN 1809-4449. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644745> Acesso em julho/2017.
- BUCHLI, Victor; LUCAS, Gavin. 2001. *Archaeologies of the Contemporary Past*. Londres e Nova York: Routledge.
- CABNAL, Lorena. 2010. "Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala". In: *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Las Segovias: ACSUR, 2010:11-25. Disponível em: <https://1drv.ms/b/s!AoZ-as87gk9xhy-MjulDQmTdFIH3> acesso julho 2017.
- CABRERA, Marta; VARGAS MONROY, Liliana. 2014. *Transfeminismo, decolonialidad y el asunto del conocimiento: algunas inflexiones de los feminismos disidentes contemporáneos*. *univ.humanist.*, Bogotá, n. 78, p. 19-37, Dec. 2014.
- CALVEIRO, Pilar. 2013. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo.
- CARDOZO, Nilce Azevedo. 2013. *Depoimento em vídeo Tortura no Golpe de 64*. Publicado em 15 de março de 2013. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=11zld0vrqes Acesso em janeiro, 2017.
- CARNEIRO, Sueli. 2003. *Mulheres em movimento*. Estud. av., São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133.
- CELIBERTI, Lílían. GARRIDO, Lucy. 1989. *Meu Quarto, Minha Cella*. Porto Alegre: L&PM.

- COSTA, Claudia de Lima. 2014. Feminismos descoloniais para além do humano. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 929-934, Dec. 2014.
- COSTA, Claudia de Lima. 2015. Equivocação, tradução e interseccionalidade performativa: observações sobre ética e prática feministas descoloniais. In: BIDAECOA, Karina; OTO, Alejandro de; OBARRIO, Juan; SIERRA, Marta (Comps.). *Legados, genealogías y memorias poscoloniales en América Latina: Escrituras fronterizas desde el Sur*. Buenos Aires: Ediciones Godot/Colección Crítica, 2015. p. 275-307.
- COLLING, Ana Maria. 2004. *As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil*. Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra. Coimbra. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ana_Maria_Colling.pdf Acesso jul./2015
- CONTREIRAS, Janaína. 2015. Terrorismo de Estado e violência sexual na ditadura brasileira (1964–1985). *Monografia Depto de História*, Porto Alegre, UFRGS.
- FUNARI, ZARANKIN, Andrés; REIS, José A. 2008. *Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (1960-1980)*. São Paulo: Annablume; Fapesp.
- FUNARI et al. 2009. *Arqueologia Direito e Democracia*. Erechim: Habilis.
- FOUCAULT, Michel. 2004. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.
- GARCIA, João B.; POSENATO, Júlio. 1989. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Ed. Posenato Arte e Cultura.
- GONZALEZ, Lélia. 1984. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244.
- GONZÁLES-RUIBAL, Alfredo. 2012. Hacia otra arqueología: diez propuestas. In: *Complutum: Instituto de ciencias del patrimonio (INCIPIT)*. Consejo Superior de Investigaciones científicas. Santiago de Compostela: v. 23, n. 2.
- GONZÁLES-RUIBAL, Alfredo. 2008. Time to destroy an archaeology of supermodernity. In: *Current Anthropology*. v. 49, n. 2, Abril.
- HANISCH, Carol. 1969. *O pessoal é político*. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/190219/O+Pessoal%2B%C3%A9%2BPol%C3%ADtico.pdf> Acesso, junho 2017.
- HARAWAY, Donna. 1995. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* n°5. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, Campinas/SP, pp.7-41.
- ISL-RS. Disponível em <http://www.isl-rs.com.br/institucional/nossa-historia/12> Acesso em janeiro de 2017.
- HARRISSON, Rodney. SCHOFIELD, J. Archaeo-Ethnography, Auto-Archaeology: Introducing Archaeologies of the Contemporary Past. *Archeologies: Journal of the World Archaeological Congress*. [...] v. 5, n. 2, Ago/2009.
- JELIN, Elisabeth. 2002. *Los trabajos de la memoria*. Colección Memorias de La Represión. Buenos Aires: Siglo XXI.
- JELIN, Elisabeth & KAUFMAN, Susana G. 2006. *Subjetividad y figuras de la memoria*. Colección Memorias de La Represión. Buenos Aires: Siglo XXI.
- JELIN, Elisabeth & CATELA, Ludmila da S. 2002. *Los archivos da represión: documentos, memoria y verdad*. Madrid: Siglo XXI.
- JOFFILY, Olívia Rangel. 2010. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana M; WOLF, Cristina (orgs). 2010. *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres.
- KENT, Susan. 1990. *Domestic architecture and use of space. New directions in archaeology*. Cambridge University Press.
- LAQUEUR, Thomas. 1992. *Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud*. Cambridge: Harvard University Press.
- LE MOS, Caroline Murta. 2016. Construindo “memórias materiais” da ditadura militar. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 29, n. 2, p. 68-80.

- LÓPEZ MAZZ, José. M. (Ed.). 2012. *Investigaciones antropológicas sobre detenidos desaparecidos en la última dictadura militar. Informe de Actividades Año 2011-2012*. Montevideo, Udelar.
- LUGONES, María. 2014. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, jan. 2015. ISSN 0104-026X. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755> Acesso maio, 2017.
- MAYORGA, Claudia; COURA, Alba; MIRALLES, Nerea; CUNHA, Vivane Martins. 2013. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Rev. Estud. Fem.* [online]. Vol.21, n.2, pp. 463-484.
- MALDONADO TORRES, Nelson. 2008. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 80, Março, p.71-114.
- MELLO, Maíldes A. 2008. *O jantar dos inocentes: a sagados expuragados gaúchos*. 2ed. Porto Alegre: Sagra Luzatto.
- MENDOZA, Breny. 2014. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latino-americano. In: *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Editoras: Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz – Popayán: Editorial Universidad del Cauca.
- MERLINO, Tatiana. 2010. *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.
- MERLINO, Tatiana.; OJEDA, I. (Org.). 2010. *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino*. São Paulo: Caros Amigos; Brasília: Secretaria Especial de Política para Mulheres: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.
- MIGNOLO, Walter. 2003. *Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal.
- MOSHENSKA, Gabriel. 2008. "Ethics and ethical critique in the Archaeology of Modern Conflict". In: *Norwegian Archaeological Review*, [S.L.] v. 41, nº 2.
- MOSHENSKA, Gabriel. 2009. "Working with Memory in the Archaeology of Modern Conflict". In: *Cambridge Archaeological Journal*, Cambridge, 20:1, pp. 33-48.
- MOSHENSKA, Gabriel. 2010. *Gas masks: material culture, memory, and the senses*. JRAI – Journal of the Royal Anthropological Institute (N.S) 16, 609-628 Royal Anthropological Institute.
- MARKUS, Thomas A. 1993. *Buildings and power: freedom & control in the origin of modern building types*. London: Routledge.
- OBERTI, Alejandra. 2010. Qué le hace el género a la memoria? In: *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, p.13-30.
- PADRÓS, Enrique. 2010. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964-1985: História e Memória. Da campanha da legalidade ao golpe de 1964*. vol. 1. 2º ed. Ver. eAmpl. Porto Alegre: Corag.
- PECORARO, Alessandra P. 2011. Políticas de terror y violencia sexual. IN: *Gritos em silêncio: uma investigação sobre la violencia sexual em el marco del terrorismo de Estado*. Rosário: CLADEM.
- PAZ, Alfredo B. 2010. Represión política y género em la Dictadura Paraguaya. In: *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, p. 74-93.
- PEDRO, Joana M; WOLF, Cristina (orgs). 2010. *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres.
- PEARSON, Michael; RICHARDS, Colin. 1994. *Architecture and order. Approaches to social space*. Routledge, Londres.
- QUIJANO, Aníbal. 2005. *Colonialidad y modernidad-racionalidad*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-modernidade-Racionalidade>. Acesso em setembro 2017.
- RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. 2010. 'Na guerra com batom'. *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul*. In: PADROS, Enrique Serra (org.). *Repressão e Resistência no "anos de Chumbo"*. Vol. 02. Porto Alegre: Ed.: CORAG, p. 135-159, 2010.

- RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. 2013. *Depoimento em vídeo Tortura no Golpe de 64*. Publicado em 15 de março de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fLacB6ys3hA&t=541s> Acesso em janeiro, 2017.
- RIBEIRO, Loredana. 2017. A crítica feminista, arqueologia e descolonialidade: sobre resistir na ciência. *Revista de Arqueologia SAB*, vol. 30 n° 01. pp. 210-234. 2017. Disponível em <http://www.revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/517>
- SALERNO, Melisa. 2009. A construção da categoria “Subversivo” e os processos de remodelação de subjetividades através do corpo e do vestido (Argentina, 1976-1983). In: *Arqueologia Direito e Democracia*. Erechim: Habilis.
- SANSAVIERO, Rafael. 2012. Soldaditos de plomo y muñequitas de trapo: los silencios sobre el abuso sexual en la tortura después que la tortura fue un sistema de gobierno. *Las Laurencias violencia sexual y de género en el terrorismo de Estado Uruguayo*. Montevideo: Trilce, 2012.
- SARTI, Cynthia Andersen. 1998. *O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido*. XXI Congresso Internacional da LASA Chicago, 24-26 de setembro de 1998. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf> acesso, junho 2017.
- SAPRIZA, Graciela. 2009. “Cuerpos bajo de sospecha: um relato de la ditadura em Uruguay desde la memoria de las mujeres”. *Revista Labrys*. Jan/dez.
- SAPRIZA, Graciela. 2010. Memoria y memorias de mujeres em el relato de la ditadura (Uruguay, 1973-1985). In: *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres.
- SEGATO, Rita Laura. 2012. *Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial*. e-cadernos ces [Online], 18 | 2012, Disponível em: <http://eces.revues.org/1533> acesso junho/2017.
- SCHILLING, Flávia. 2010. Memória da resistência ou a resistência como construção da memória. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (orgs.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: CORAG, 2010.
- SILVA, Tauana O. G. 2014. A participação política das mulheres negras comunistas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984). *Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente*, 13 a 15 de outubro de 2014, Florianópolis, SC. Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).
- SOUSA, Priscila P. 2014. Memória, objetos e edifícios: uma análise arqueológica sobre o edifício que sediou o DEOPS/SP. *Revista de Arqueologia Pública*. N°10. LAP/NEPAN. Campinas: Unicamp.
- SUAREZ, Carlos M. 2014. Arqueología de los campos de concentración del s. XX: Argentina, Chile, Uruguay y España. *Revista Arkeogazt*. Materializando la desigualdad social, n°4, pp. 159-182, 2014.
- SUAREZ, Carlos M. 2016. Marcas-monumento y marcas-proyecto en la arquitectura represiva de la ditadura cívico-militar uruguaya. El proceso de anclaje de la memoria en la cárcel política de mujeres de Punta Rieles (Montevideo). *Aletheia*, volumen 6, número 12.
- SOIHET, Rachel. 2010. Mulheres brasileiras no exílio e consciência de gênero. *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres.
- TAVARES, Flávio. 2012. *Memórias do esquecimento: os segredos dos porões da Ditadura*. Ed. ampl. Porto Alegre: L&PM.
- TELES, Janaína A. 2012. Os trabalhos da memória: os testemunhos dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio; GINZBURG, Jaime; HARDMANN, Francisco (orgs.). *Escritas da Violência*. Vol.II. Rio de Janeiro: 7letras.
- THIESEN, Beatriz et al. Vestígios de uma ausência: uma Arqueologia da Repressão. In: *Revista de Arqueologia Pública*. N°10. LAP/NEPAN. Campinas: Unicamp, 2014.
- VARGAS, Índio. 1981. *Guerra é Guerra: dizia o torturador*. Coleção Edições do Pasquim –vol. 78. Rio de Janeiro: Codecri.
- VARGAS, Índio. 2005. *A guerrilheira: mistério e mortes na Ilha do Presídio*. Porto Alegre: AGE, 2005.
- WOLF, Cristina S. 2010. O gênero da esquerda em tempos de Ditadura. In: *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres. p. 138-155.

- ZARANKIN, Andrés. SALERNO, Melisa e PEROSINO, María C. 2012. *Historias desaparecidas: arqueología, memoria y violencia política*. - 1a ed. - Córdoba : Encuentro Grupo Editor.
- ZARANKIN, Andrés; NIRO, Cláudio. 2008. A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da ditadura militar argentina (1976-83). IN: *Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (1960-1980)*. São Paulo: Annablume; Fapesp.
- ZARANKIN, A. Arqueología de la arquitectura: Another brick in the wall. *Revista do Museu de Arqueología e Etnología*. Suplemento 3:119-128, 1999a.
- ZARANKIN, A. *Casa tomada; sistema, poder y vivienda familiar*. Sed Non Satiata. Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea, editado por A, Zarankin y F, Acuto, p. 239-272. Ediciones DEL TRIDENTE, Buenos Aires, 1999b.
- ZARANKIN, A. *Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura escolar capitalista*. São Paulo, CHAA/IFCH/Unicamp, 2002.
- ZARANKIN, A. Arqueología de la arquitectura, modelando al individuo disciplinado en la sociedad capitalista. *Revista de arqueología americana* N° 22. Instituto Panamericano de Geografía e Historia, p.25-41, 2003.